

Despacho de Aceitação da Petição Inicial

Processo: 1234/24.5T8LSB – Processo Declarativo de Incumprimento de Contrato de Prestação de Serviços

Vara: 2.^ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Juiz: Juiz de Direito **Dr. Carlos Mendes**

Requerente: XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., NIF 508 123 456, sede em Avenida da Liberdade, 45, 1250-147 Lisboa, representada pelos seus mandatários, **Dr. João Silva** (OA 12345) e **Dra. Maria Fernandes** (OA 67890).

Requerido: ABC – Consultoria Empresarial, Lda., NIF 507 987 654, sede em Rua de São Bento, 120, 1200-821 Lisboa, representada pelos seus mandatários, **Dr. Paulo Costa** (OA 22334) e **Dra. Sofia Ramos** (OA 55678).

Data: 15 de março de 2024

Vistos

1. A petição inicial apresentada pela XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., com os documentos anexos, requer a **declaração de resolução do contrato de prestação de serviços** celebrado com a ABC – Consultoria Empresarial, Lda., bem como a **indenização por perdas e danos** e a **restituição dos pagamentos antecipados**.
2. A petição cumpre os requisitos de admissibilidade previstos no **artigo 562.º, n.º 1, do Código de Processo Civil (CPC)**, nomeadamente:
 - Identificação completa das partes e dos seus mandatários;
 - Exposição dos factos constitutivos do direito invocado;
 - Indicação dos pedidos e dos fundamentos de direito;
 - Anexação dos documentos indispensáveis à prova dos factos alegados.
3. Não foram suscitadas preliminares de incompetência, de litispendência ou de coisa julgada, nem foram apresentadas impugnações ao valor da causa, que se encontra fixado em **€ 150 000,00** (cento e cinquenta mil euros), nos termos do artigo 561.º do CPC.

Considerando

- Nos termos do **artigo 564.º, n.º 1, CPC**, a petição inicial é **admitida** e o processo prossegue para a fase de instrução.
- O réu será citado para apresentar contestação no prazo legal de **20 dias úteis**, nos termos do **artigo 562.º, n.º 2, CPC**.
- Cumpre ainda observar a possibilidade de produção de prova documental, pericial e testemunhal, nos termos dos artigos **570.º a 589.º CPC**.

Decide

1. **Admitir** a petição inicial apresentada pela XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda. e, por conseguinte, **declarar a admissibilidade do processo**.
2. **Citar** a ABC – Consultoria Empresarial, Lda., para, no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, apresentar a sua contestação, nos termos do artigo 562.º, n.º 2, CPC.
3. **Fixar** o calendário da fase de instrução, nos seguintes termos:

Etapa	Prazo	Observações
Contestação (réu)	20 dias úteis a contar da citação	Deve ser acompanhada de documentos de prova que o réu pretenda produzir.
Réplica (requerente)	10 dias úteis a contar da apresentação da contestação	Caso a contestação contenha novos factos, o requerente poderá apresentar réplica.
Pedido de produção de prova pericial	15 dias úteis a contar da data da réplica	Caso necessário, o juiz designará perito e fixará prazo para o laudo.
Audiência de Instrução e Julgamento	Até 30 dias úteis após a decisão sobre prova pericial	As partes serão intimadas para comparecer, podendo apresentar prova testemunhal e documental.

4. **Intimar** as partes, bem como os seus mandatários, dos termos do presente despacho, para que tomem as providências necessárias.
5. **Comunicar** o presente despacho ao Ministério Público, caso entenda necessário, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea b) do CPC.
6. **Arquivar** o processo, provisoriamente, até à prática dos atos subsequentes.
7. **Custas Processuais:** As custas iniciais são suportadas pelo requerente, nos termos do artigo 540.º, n.º 1, CPC.

Lisboa, 15 de março de 2024

Dr. Carlos Mendes

Juiz de Direito da 2.ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Este despacho foi publicado eletronicamente no Boletim do Tribunal Judicial de Lisboa, em cumprimento do disposto no artigo 173.º do CPC.